



CNPJ N.º 03.795.050/0001-09

COMPANHIA ABERTA

NIRE N.º 26300011573

REG. CVM N.º 1.985-2

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
TERMOPERNAMBUCO S.A.,
REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2007**

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de 2007, às 16:00 horas, na sede da Neoenergia, Praia do Flamengo nr. 78, 4º andar, Flamengo, Rio de Janeiro, reuniu-se o Conselho de Administração da Termopernambuco, com a totalidade dos membros abaixo assinados, que tomaram conhecimento e deliberaram, por unanimidade, sobre o seguinte assunto: **Aprovar a emissão, pela Companhia, e o arquivamento junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") da segunda emissão de debêntures não conversíveis em ações, subordinadas, com garantia fidejussória, em série única, para distribuição pública, no montante total de R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais) - Após a apresentação feita pelo Diretor de Tesouraria, Finanças e Relações com Investidores, a Diretoria propôs aprovar nos termos do artigo 14, inciso XIV, de seu Estatuto Social, a emissão da segunda emissão de debêntures da Companhia ("Debêntures"), com as seguintes características: (a) **Valor Total da Emissão:** R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais); (b) **Número de Séries:** As Debêntures serão emitidas em uma única série; (c) **Quantidade de Títulos:** Serão emitidas 40.000 (quarenta mil) Debêntures; (d) **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário") será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); (e) **Espécie das Debêntures:** As Debêntures serão subordinadas, contando com garantia adicional de fiança, a ser prestada pela Neoenergia S.A. ("Fiadora"); (f) **Forma e Conversibilidade:** As Debêntures serão nominativas, escriturais e não contarão com a emissão de certificados representativos. As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia; (g) **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 8 de outubro de 2007 ("Data de Emissão"); (h) **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 7 (sete) anos contados da Data de Emissão, vencendo em 8 de outubro de 2014 ("Data de Vencimento"); (i) **Distribuição e Negociação:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sendo distribuídas sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; (i.1) As Debêntures serão distribuídas no prazo de até 6 (seis) meses contados da data de publicação do anúncio de início de distribuição da Emissão ("Prazo de Colocação"); (i.2) Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta somente será concluída**



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
CERTIFICO O REGISTRO EM: 09/10/2007 SOB Nº: 20078666570
Protocolo: 07/866657-0, DE 09/10/2007

Empresa: 26 3 0001157 3
TERMOPERNAMBUCO S.A.

JOSE ARMANDO DUARTE RODRIGUES
SECRETARIO-GERAL

Patricia Lins Coelho Brandão
Analista de Processos - Port. 20/2007
Unidade de Análise de Processos
Matrícula 1153-2

quando da subscrição e integralização do total das Debêntures distribuídas no âmbito da Oferta, durante o Prazo de Colocação; (j) **Prazo e Formas de subscrição e integralização:** As Debêntures poderão ser subscritas a qualquer tempo e por meio dos procedimentos da CETIP, dentro do prazo de distribuição pública com integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional ("Data da Integralização"); (k) **Amortização Programada:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado pela Emissora em 48 (quarenta e oito) parcelas mensais devidas a partir de 8 de novembro de 2010 (inclusive), conforme o seguinte cronograma:

Parcela	Data de Pagamento	Amortização % Valor Nominal	Amortização R\$
1	08/11/2010	1,50%	150,00
2	08/12/2010	1,50%	150,00
3	10/01/2011	1,50%	150,00
4	08/02/2011	1,50%	150,00
5	09/03/2011	1,50%	150,00
6	08/04/2011	1,50%	150,00
7	09/05/2011	1,50%	150,00
8	08/06/2011	1,50%	150,00
9	08/07/2011	1,50%	150,00
10	08/08/2011	1,50%	150,00
11	08/09/2011	1,50%	150,00
12	10/10/2011	1,50%	150,00
13	08/11/2011	1,50%	150,00
14	08/12/2011	1,50%	150,00
15	09/01/2012	2,00%	200,00
16	08/02/2012	2,00%	200,00
17	08/03/2012	2,00%	200,00
18	09/04/2012	2,00%	200,00
19	08/05/2012	2,00%	200,00
20	08/06/2012	2,00%	200,00
21	09/07/2012	2,00%	200,00
22	08/08/2012	2,00%	200,00
23	10/09/2012	2,00%	200,00
24	08/10/2012	2,00%	200,00
25	08/11/2012	2,00%	200,00
26	10/12/2012	2,00%	200,00
27	08/01/2013	2,25%	225,00
28	08/02/2013	2,25%	225,00
29	08/03/2013	2,25%	225,00
30	08/04/2013	2,25%	225,00
31	08/05/2013	2,25%	225,00

32	10/06/2013	2,25%	225,00
33	08/07/2013	2,25%	225,00
34	08/08/2013	2,25%	225,00
35	09/09/2013	2,25%	225,00
36	08/10/2013	2,25%	225,00
37	08/11/2013	2,25%	225,00
38	09/12/2013	2,25%	225,00
39	08/01/2014	2,80%	280,00
40	10/02/2014	2,80%	280,00
41	10/03/2014	2,80%	280,00
42	08/04/2014	2,80%	280,00
43	08/05/2014	2,80%	280,00
44	09/06/2014	2,80%	280,00
45	08/07/2014	2,80%	280,00
46	08/08/2014	2,80%	280,00
47	08/09/2014	2,80%	280,00
48	08/10/2014	2,80%	280,00
Total		100,00%	10.000,00

(l) **Remuneração:** Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, expressas na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 0,50% ao ano ("Remuneração"); (m) **Periodicidade do Pagamento da Remuneração:** A Remuneração das Debêntures será paga mensalmente a partir da Data de Emissão, no dia 8 (oito) de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente caso dia 8 (oito) não o seja, sendo o primeiro pagamento em 8 de novembro de 2007 e o último na Data de Vencimento. Farão jus à Remuneração, os titulares das Debêntures que assim constem na Instituição Depositária ao final do dia útil anterior à data de seu pagamento; (n) **Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo atraso imputável à Companhia no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% e juros de mora de 1% ao mês, ambos calculados pelo Agente Fiduciário, sobre os valores em atraso, encargos moratórios esses calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial; (o) **Vencimento Antecipado: (o.1) Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático:** O Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Companhia constantes da Escritura de Emissão e exigirá da Companhia ou da Fiadora o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida

até a data do efetivo pagamento, calculada pro rata temporis, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses: (a) descumprimento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas da Emissão, prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 2 dias úteis contados da data da inadimplência; (b) (b.i) pedido de recuperação judicial formulado pela Companhia e/ou pela Fiadora; (b.ii) pedido de autofalência formulado pela Companhia e/ou pela Fiadora; (b.iii) decretação de falência da Companhia e/ou da Fiadora; (b.iv) se a Companhia e/ou a Fiadora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; (b.v) se a Companhia e/ou a Fiadora ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente; ou (b.vi) liquidação ou dissolução da Companhia e/ou da Fiadora; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Companhia e/ou da Fiadora e não devidamente elidido no prazo legal; (d) término antecipado, por qualquer motivo, da Autorização ANEEL n.º 553, concedida a Companhia pelo Poder Concedente (União Federal) em 15 de dezembro de 2000, relativo ao serviço público de produtor independente de energia elétrica; (e) vencimento antecipado ou inadimplemento, no pagamento de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou Fiadora em valor superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ressaltado, exclusivamente no caso de inadimplemento, se o mesmo for sanado dentro de 30 dias, a contar do descumprimento da obrigação ou a Emissora e/ou Fiadora, no mesmo prazo, tomar providências judiciais ou administrativas visando sanar tal inadimplemento onde haja depósito da quantia inadimplente; (f) protesto de títulos contra a Companhia e/ou Fiadora, ainda que na condição de garantidora, cujo valor não pago ultrapasse R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se, no prazo máximo de trinta dias contado da ocorrência do referido protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que o(s) protesto(s) (i) foi(ram) efetuado(s) por erro ou má-fé de terceiros, (ii) foi(ram) cancelado(s), ou, ainda, (iii) foi(ram) suspenso(s); e (g) transformação da Companhia em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; (o.2) **Hipóteses de Vencimento Antecipado por decisão de Assembléia Geral de Debenturistas:** O Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos abaixo, a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quorum específico estabelecido na Escritura de Emissão, na ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas abaixo: (a) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária a que esteja sujeita nos termos da Escritura de Emissão, como e quando tais obrigações tornarem-se exigíveis, não regularizado em um período máximo de trinta dias, a contar do recebimento de aviso enviado pelo Agente Fiduciário; (b) cisão, fusão,



incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Companhia, excetuadas (b.i) a cisão, a fusão e a incorporação quando previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, e (b.ii) a redução de capital de até R\$80.000.000,00 prevista na Escritura de Emissão, observado o quórum previsto no parágrafo abaixo; (c) alteração do atual controle acionário da Companhia, direto ou indireto, sem que os Debenturistas previamente reunidos em assembleia especialmente convocada para esse fim aprovelem referida alteração; (d) advento de alteração no objeto social da Companhia que descaracterize a prestação de serviços de geração de energia elétrica pela Companhia; (e) realização de qualquer pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio pela Companhia, ressalvado o disposto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, ou de qualquer outra distribuição de lucros prevista estatutariamente, caso esteja em mora com o pagamento de qualquer obrigação pecuniária na forma prevista na Escritura de Emissão; (f) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia em valor igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou seu contra-valor em outras moedas no prazo de até 30 dias da data estipulada para pagamento; (g) não observância pela Companhia dos limites dos índices financeiros de "Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)" que não poderá ser superior a 70% (setenta por cento) a ser apurado ao final de cada trimestre fiscal a partir da Data de Emissão; e (h) não observância pela Fiadora dos limites dos índices financeiros de "Dívida Líquida/EBITDA" que não poderá ser superior a 3,50 (três inteiros e meio); e de "EBITDA/Resultado Financeiro" que não poderá ser inferior a 2,00 (dois inteiros), a serem apurados ao final de cada trimestre fiscal a partir da Data de Emissão; (h.1) em caso de descumprimento dos índices listados em "g" e "h" acima, a Companhia e/ou Fiadora deverão restabelecê-los até o final do trimestre fiscal seguinte; (h.2) para fins do disposto nas alíneas "g" e "h" acima, serão considerados os demonstrativos financeiros não-consolidados da Companhia e/ou Fiadora, onde: (h.2.a) "Dívida Líquida", significa o endividamento oneroso total da Companhia e/ou da Fiadora, conforme o caso, menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras, incluindo as contas de reservas; (h.2.b) "EBITDA" (*Earnings Before Interest, Tax, Depreciation and Amortization*), significa o lucro da Fiadora antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 meses; (h.2.c) "Resultado Financeiro", significa a diferença entre Receitas Financeiras e Despesas Financeiras da Fiadora ao longo dos últimos 12 meses, das quais deverão ser excluídos, para efeito da apuração dos compromissos financeiros, os juros sobre capital próprio. O Resultado Financeiro será apurado em módulo se for negativo e, se for positivo, será considerado "1" (um); e (h.2.d) "Patrimônio Líquido", significa a soma das contas de capital social, reserva de lucros, reserva de capital, reserva de reavaliação, subtraído do valor das ações em Tesouraria; (p) **Resgate Antecipado:** A Companhia poderá promover o resgate total antecipado de todas as Debêntures em circulação,

a qualquer momento a partir de 8 de outubro de 2010 (inclusive), mediante: (p.1) publicação de "Aviso aos Debenturistas", com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data do resgate antecipado, informando (i) a data do resgate antecipado; (ii) o valor do principal objeto do resgate antecipado; e (iii) quaisquer outras informações necessárias ao evento; e (p.2) pagamento: (p.2.1) de um prêmio de resgate correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o saldo do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, se o resgate for efetuado até 8 de outubro de 2012 (inclusive); e (p.2.2) não haverá prêmio de resgate se o resgate antecipado ocorrer após 8 de outubro de 2012; II. Autorizar a Diretoria da Companhia a tomar todas as providências necessárias à realização da segunda emissão de Debêntures, podendo, inclusive, contratar serviços e celebrar os respectivos contratos em termos e condições que julgar adequado ao interesse da Companhia, ficando, desde já, ratificados todos os atos praticados até a presente data pela Diretoria da Companhia com tal finalidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual lavrou-se a presente ata, que vai assinada pelos Conselheiros Srs. Renato Sobral Pires Chaves - Presidente do Conselho de Administração, Jolison Rodrigues Ferreira, Marcelo Maia de Azevedo Corrêa e por mim, Denise Faria, que secretariei os trabalhos, a redigi e a encerro com a minha assinatura.

CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO EM LIVRO COMPETENTE

Denise Faria - Secretária

Patricia dos Santos Brandão
Análise de Processos - Port. 25/2007
Unidade de Análise de Processos
Matrícula 3193-3

